

Acordo entre Governo e Eletrobras é um verdadeiro escárnio!

O acordo abre caminho para o sucateamento progressivo da Eletronuclear.

escárnio

Demonstração de desdém em relação a algo ou alguém; menosprezo: tinha escárnio em relação aos próprios eleitores.

Em boletim recente, a Associação de Empregados da Eletrobras (AEEL) denunciou corretamente a traição ao país que representou o acordo firmado entre os acionistas privados que hoje controlam a Eletrobras e governo federal. O acordo legitima o escandaloso e irregular processo de privatização, antes denunciado como “crime de lesa pátria” e “escárnio” pelo próprio presidente Lula.

Além disso, o acordo terá impactos nefastos sobre a sustentabilidade econômica e financeira da Eletronuclear e da ENBPar, trazendo grande risco para sustentabilidade da empresa. Para piorar, trechos do acordo revelam que a intenção do governo e da Eletrobras é dividir com o trabalhador da Eletronuclear o ônus de um acordo ruim e criminoso.

Este acordo prevê a emissão de debêntures pela Eletronuclear que serão subscritas pela Eletrobras. Ou seja, não bastasse todo o prejuízo, a Eletronuclear passará a ter uma dívida com a Eletrobras. Essa dívida, posteriormente, poderá ser parcialmente convertida em ações da Eletronuclear. Essa conversão depende, entre outras exigências, segundo os termos do acordo, de um arrocho sobre os trabalhadores. Nos termos presentes no acordo, a debênture não será conversível caso não seja atendida a seguinte condição: “Redução do Somatório das Despesas de Pessoal, Materiais, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO da Eletronuclear S.A. até o nível regulatório definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com trajetória decrescente e definida até o final do prazo de carência das debêntures”. Ou seja, a conta vai sobrar para os trabalhadores da Eletronuclear.

Curiosamente, o montante do empréstimo é próximo do valor que denunciamos como um dos maiores erros (crimes?) cometidos na privatização da Eletrobras, que diz respeito ao pagamento feito pela Eletronuclear de dividendos a Eletrobras durante a privatização, relativa a valores cujo registro não encontrava respaldo no estatuto da Eletronuclear e que nunca haviam sido registrados nas demonstrações financeiras nem da Eletronuclear e nem da Eletrobras. Esse erro, que considerou como “devidos” o montante de R\$2,7 bilhões em dividendos prescritos e dividendos relativos a anos de prejuízo da Eletronuclear, onde não se aplica a distribuição de dividendos, geraram grande prejuízo para União, acionista da Eletronuclear e da ENBpar.

O acordo entre o governo e a Eletrobras também abre o caminho para mais prejuízos ao erário público e para a privatização da Eletronuclear, na medida em que resultará no sucateamento progressivo da empresa, que já se encontra em uma situação econômico-financeira delicada. Situação essa que não é recente, mas foi seriamente agravada pela privatização e que tem como principais causas as dificuldades relacionadas ao projeto de Angra 3, já que, sem a usina, a companhia apresentaria resultados equilibrados.

De outro lado, devem estar contentes a 3G e os demais acionistas privados da Eletrobras, mais uma vez beneficiados, dessa vez pelo acordo. Em primeiro lugar, porque ele prevê a suspensão da obrigação de investimentos da Eletrobras relativos à Usina de Angra 3. Dessa forma, a Eletrobras não precisará mais cumprir o acordo de investimentos celebrado em 22 de abril de 2022 sobre o financiamento da Usina Nuclear de Angra 3. Ou seja, sobrou para ENBPar e para Eletronuclear a responsabilidade de arcar com esses investimentos, jogando no lixo a avaliação dos ativos realizada no momento da privatização.

Assim, o que temos visto na Eletronuclear é um aumento da pressão sobre os trabalhadores e a assunção de compromissos que fragilizam os trabalhadores, criando um clima de insegurança e instabilidade que põe em risco inclusive a operação das usinas, que precisa não apenas garantir normas rígidas de segurança como também manter um ambiente estável para seus funcionários. Isso, aliado a falta de uma política de Estado para o setor nuclear, resulta no enfraquecimento e no sucateamento do setor que, aliado a fragilização da situação financeira representada pelo acordo firmado entre o Governo e a Eletrobras, representam grande risco para o futuro dessa empresa pública.

Portanto, é crucial nos mobilizarmos para exigir que os termos do acordo entre o governo e a Eletrobras sejam revogados e que a Eletrobras cumpra os compromissos assumidos ou seja severamente penalizada e judicialmente responsabilizada.

É ainda necessário retomar uma política de Estado voltada para o fortalecimento da soberania do país, da Eletronuclear e para a valorização de seus trabalhadores.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2025.
Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL.